

QUESTÃO DE MÉTODO NA INTRODUÇÃO A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE 1857 DE KARL MARX

John Aquino*

“A sociedade burguesa está tanto na realidade efetiva como no cérebro: as categorias exprimem, portanto formas e modos de ser, determinações da existência”.

Karl Marx

Introdução

A obra *Para a Crítica da Economia Política* de Karl Marx (1818-1883) de 1859 foi à obra anterior ao *Capital* de 1867. Nessa obra Marx desenvolve pela primeira vez a exposição crítica das categorias da economia política clássica. É valiosa uma introdução escrita em 1857 por Marx, que não foi publicada pelo autor, e foi descoberta apenas em 1902 entre os manuscritos deixados por Marx e publicado na revista *Die Neue Zeit* em 1903 por Karl Kautsky (1854-1938) (GIANNOTTI; MALAGODI, 1978, nota dos tradutores nº1, p. 103). Nessa introdução Karl Marx desenvolve apontamentos metodológicos que serão o objeto de estudo do presente artigo. Nos limitaremos a essa introdução, porque nosso objetivo é apenas indicar apontamentos metodológicos de Marx, sem pretensões de esgotar o assunto, pretendemos iniciar a problemática e desenvolver uma pesquisa mais precisa sobre o tema, que acreditamos não é possível de ser realizada no espaço de apenas um artigo.

Segundo o professor Francisco Teixeira, Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) foram capazes de *entender* os fenômenos econômicos, porém não foram capazes de *compreender* a razão de ser e a estrutura lógica da sociabilidade mercantil e a “a razão deste fracasso encontra-se, em grande parte, no método utilizado por Smith e Ricardo” (TEIXEIRA, 2006, p. 85). Devido o fato de Smith e Ricardo e os demais clássicos serem cientistas que usavam o método empirista, sua abordagem foi a partir do entendimento separador, sua limitação (além do horizonte de classe existente) foi metodológica, “uma das razões, senão a mais importante, deve-se, segundo Marx ao método utilizado por eles. De acordo com este pensador, Smith e Ricardo passam por cima das mediações que fundamentam a passagem das formas aparentes de riqueza à sua fonte: o trabalho” (TEIXEIRA, 2006, p. 85). Ao não compreenderem as

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará/UFC.

contradições, curiosamente os clássicos caem em contradição, pois as mediações como diferenças são abstraídas pelo entendimento que reduz o verdadeiro ao que é idêntico, ao que se repete. Marx na introdução de 1857 desenvolve uma crítica à insuficiência metodológica da economia política clássica e recupera (superando) a dialética hegeliana como método de exposição das categorias da economia política.

O **objetivo geral** deste artigo é indicar as questões metodológicas postas por Karl Marx na introdução a sua obra *Para a Crítica da Economia Política* de 1857. Propomo-nos a responder a seguinte questão: o que Karl Marx nos diz sobre o método na introdução do *Para a Crítica da Economia política*? Questão posta desenvolveremos determinados **objetivos específicos** que nos permitirão responder de modo satisfatório nossa questão que será o fio condutor deste artigo. São nossos objetivos específicos: (1) determinar os limites do método empírico/analítico conforme a perspectiva de Marx na introdução citada e (2) esclarecer a distinção entre o método de pesquisa (análise) e o método de exposição (dialética), de acordo com os apontamentos de Marx, principalmente na *sessão 3* da introdução citada.

O presente artigo tem como **justificativa** o fato que a questão da dialética é de fundamental importância para o marxismo enquanto tal, sendo inclusive tendo sido dito por Lukács que somente o que há de ortodoxo no marxismo é o método, que é o dialético¹⁷.

O artigo tem como **referência bibliográfica** principal a introdução da *Para a Crítica da Economia Política* de Karl Marx, e como referência secundária comentadores que se debruçam sobre o marxismo como o professor Francisco Teixeira e Marcos Lutz Müller, além do trabalho que versa sobre a questão da epistemologia nas ciências humanas, o livro *O Grau Zero do conhecimento* do professor Ivan Domingues.

Antes de iniciarmos o desenvolvimento do artigo devemos esclarecer as seguintes abreviações que serão feitas no presente artigo de pesquisa: EPC que significa Economia política clássica e MPC que significa Modo de produção capitalista. Essa abreviação é realizada pelo Professor Francisco Teixeira e adotamos para fins práticos no presente artigo.

A insuficiência metodológica do empirismo da Economia política clássica (EPC)

¹⁷ “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores, mas que toda tentativa de superá-lo ou ‘aperfeiçoá-lo conduziram somente a banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinha de necessariamente conduzi-lo a isso.” (LUKÁCS, 2003, p. 64).

Segundo Ivan Domingues no século XVIII a ciência possui um novo paradigma metodológico: o empirismo da física de Isaac Newton (1643-1727). No século XVIII a filosofia natural de Isaac Newton se tornou o modelo para todas as áreas do saber devido seu rigor, exatidão e acima de tudo, a sua capacidade de realizar previsões satisfatórias dos fenômenos, isto é, a capacidade de antecipar os acontecimentos foi um feito fabuloso da física newtoniana. A partir de então a busca por rigor, exatidão e previsibilidade se tornaram objetivos científicos universais, o que inaugura o que Domingues denomina de *estratégia fenomenista* nas ciências, em que

de um lado, na esteira de Newton, assiste-se no curso do século à elaboração de uma estratégia fenomenistas, em substituição à via da redução às essências que comandou o sistema do saber no século XVII; de outro, ao invés das matemáticas, é a física que se eleva à condição de paradigma do conhecimento no campo das matérias de fato e de existência – desde as ciências naturais até as ciências humanas como tais (DOMINGUES, 1991, p. 167).

O método empírico converte-se em ideal regulador dos autores e escolas científicas e filosóficas que elegem a física de Newton como modelo científico a ser seguido, conseqüentemente à análise é eleita o método científico *par excellence*.

Defendemos a tese de que a EPC, principalmente Adam Smith, se insere no contexto histórico em que a física tornou-se o paradigma científico, estando situado no interior da *estratégia fenomenista*, conforme a nomenclatura de Ivan Domingues. Segundo a estratégia fenomenista, fundada na física de Newton, o método analítico/empírico permite que mediante a observação dos fatos empíricos sejamos capazes de formular leis e determinados critérios de medida válidos, daí que o objeto de estudo necessita ser empírico e mensurável (possível de ser medido), não sendo satisfeitas essas exigências, um determinado objeto de modo algum pode ser objeto de análise científica, cujo objetivo é “expressar as notas da experiência segundo a linguagem do número e da medida” (DOMINGUES, 1991, p. 168). A partir do que foi dito partimos da seguinte tese: a de que a *Introdução A Crítica da Economia Política de 1857*, de Karl Marx efetiva em determinados parágrafos uma crítica à estratégia fenomenista da EPC.

No §3 Marx expõe um princípio metodológico, a saber, a necessidade de desenvolver abstrações conceituais, um conceito em *geral*. Analisando¹⁸, i.e.,

¹⁸ Análise do grego *analysis* (ανάλυσις) que significa dissolver, dissecar, separar. (NASCENTES, 1955, p. 28). Nesse sentido a análise é o oposto da síntese que é compositiva e não dissolutiva (ABBAGNAMO, 2007, p. 51).

pesquisando, o cientista, a partir da abstração das identidades dos múltiplos fenômenos, forma no pensamento um conceito em geral ou *universal abstrato*, de modo que temos *in abstracto* um conceito da realidade, que não é a realidade em seu todo, mas que o possibilita observar a realidade com um instrumental teórico satisfatório, por exemplo, “todas as épocas da produção tem certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente sublinhado e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição” (MARX, 1978, p. 104). Para Marx o universal abstrato não é de modo algum uma entidade lógica que autoproduz a particularidade empírica, suas múltiplas determinações, mas é o resultado de uma pesquisa empírica¹⁹. O erro dos economistas é hipostasiarem o resultado da pesquisa empírica, o conceito abstrato, como se fosse uma condição natural, eterna e imutável, presente em todos os modos de produção historicamente determinados. Para Marx corrigido esse equívoco metodológico da EPC, o conceito abstrato pode ser usado metodologicamente de forma adequada, cito:

esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucos. Certas determinações serão comuns a época mais modernas e a mais antigas. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns (...). este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo (MARX, 1978, p. 105).

O método da EPC foi o analítico-empírico, que a partir da análise dos fenômenos particulares induzia uma regra geral que unificava todas as características particulares e desenvolvia um conceito universal abstrato. Os clássicos entenderam esse conceito como leis naturalmente válidas,

por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja este instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; (...). entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado, logo o capital é uma relação natural, universal e eterna (MARX, 1978, p. 105).

Essa naturalização das condições sociais decorria – também, mas não exclusivamente – da incapacidade metodológica de unificar os opostos, ou seja, os economistas clássicos não foram capazes de pensar o momento sintético do método,

¹⁹ A crítica à tese de que o real é resultado da autoprodução da ideia é herança da crítica materialista de Feuebarch ao idealismo de Hegel. Vide *Teses provisória para a reforma da Filosofia* e os capítulos I, II e XII d’*A Essência do Cristianismo* de Feuerbach.

mas apenas o analítico. O resultado da análise empírica, o conceito geral, não é pensado em suas mediações particulares, no seu desenvolvimento histórico específico, de modo que é somente pelo fato dos economistas clássicos não superarem o empirismo que os mesmos entenderam como leis eternas o resultado de suas pesquisas, como se as leis do MPC fossem as leis de todos os modos de produção. O método analítico-empírico impediu os clássicos de compreender seu objeto de estudo na totalidade, i.e., em suas múltiplas relações,

uma das críticas principais e constantes de Marx ao método da economia política burguesa, inclusive a Smith e Ricardo, é a de que ela permanece exterior ao seu objeto por ser incapaz de desenvolver suas determinações categoriais a partir do seu movimento essencial, a lei do valor, enquanto determinações cada vez mais complexas do trabalho abstrato objetivado. Não sabendo utilizar o método genérico, a economia política burguesa tomou as suas categorias diretamente da empiria e as emprega como conceitos descritivos das formas econômicas, em sua aparência imediata, sem conseguir penetrar em suas relações essenciais (MÜLLER, 1982, p. 29).

Segundo Marx os economistas modernos entenderam esquematicamente a totalidade (MARX, 1978, p. 108), cada momento do todo foi entendido separadamente, se relacionando apenas ocasionalmente. Segundo a EPC, afirma Marx, em um momento se produzia, depois se distribuía e por fim haveria o consumo, cada um desses momentos aconteceria independentemente um do outro. De forma analiticamente organizada “a produção apareceria como o ponto inicial, o consumo como o ponto final; a distribuição e a troca aparecem como o meio-termo, que é assim dúplice (...)” (MARX, 1978, p. 107). Segundo a análise a realidade se organizaria de acordo com a lógica formal, tal como um silogismo, de modo que a efetividade era totalmente descaracterizada de seu dinamismo e entendida como uma coisa dividida em partes separadas, cito:

Produção, distribuição, troca, consumo, forma assim (segundo a doutrina dos economistas), um silogismo correto: produção é a generalização, distribuição e troca a particularidade; consumo a individualidade expressa pela conclusão. Há sem dúvida nele um encadeamento, mas é superficial. A produção (segundo os economistas) é determinada por leis naturais gerais, a distribuição pela contingência social, podendo influir mais ou menos favoravelmente sobre a produção; a troca acha-se situada entre ambos como movimento social formal; e o ato final do consumo, concebido como ponto final, mas também como a própria finalidade, se encontra propriamente fora da economia (...)” (MARX, 1978, p. 108).

Por serem empiristas/analíticos, os economistas entendiam seu objeto de estudo, a realidade econômica, como uma coisa estática e por isso analisavam cada particularidade afim de que a partir de sua pesquisa empírica, que tem o fato como

princípio e fim, fosse possível induzir leis gerais válidas para toda particularidade. A meta do economista é a mesma de um físico: a partir da observação empírica dos fatos formular leis pretensamente universais e naturais. Tal como na física clássica a lei da gravidade teria uma validade eterna, tal seria a lei da oferta e da procura no entendimento de Adam Smith. Para Marx os clássicos pararam no meio do caminho e por isso não seriam rigorosamente científicos, e “para dar um caráter científico aquilo que, na sua obra, vale como esboço, seria necessário estudar os períodos dos diversos graus de produtividade no decurso do desenvolvimento dos diferentes povos (...)” (MARX, 1978, p. 106). Em uma palavra, a metodologia da EPC careceria de historicidade.

É interessante percebermos que os economistas mediante seu método, destrincharam em partes distintas a totalidade, separando como dimensões independentes entre si a produção, a distribuição e o consumo, como se em cada dimensão os acontecimentos não possuíssem relação alguma uma com a outra. Para os economistas burgueses a forma de produção capitalista não é um modo de produção determinado, mas um modo de produção universal, o único possível, sem especificidade alguma, ou seja, o MPC seria natural, “na distribuição ao contrário, os homens permitir-se-iam, de fato, toda classe de arbitrariedade” (MARX, 1978, p. 106), apenas a produção seria regrada por *leis naturais*, a distribuição seria o âmbito do acaso, do cada um por si. Para Marx de modo algum a distribuição é independente da produção, pois do modo como a produção é organizada reciprocamente a distribuição também é, ou seja, um modo de produção capitalista engendra uma distribuição e consumo de acordo com as determinações capitalistas inexistindo independência entre as partes, como postularam os economistas burgueses.

Os economistas baseados na lógica clássica e, sobretudo no princípio da não-contradição, buscaram reduzir toda a multiplicidade diferenciada a uma unidade indiferenciada, dessa maneira as contradições reais eram descartadas pelo método analítico como um erro do pensamento²⁰ e não como uma determinação da realidade. A supressão da contradição é um dos motivos lógicos da incapacidade analítica de compreender a dinâmica da efetividade, entendendo a objetividade como estática e com a ausência de contradições.

²⁰ Isto é, as contradições seriam erros de raciocínio, não contradições nos objetos, a contradição, segundo a lógica formal, era um erro lógico a ser evitado, portanto era um erro *in de dicto* e não um erro *in de res*. Ou seja, não era compreendida a dimensão ontológica da contradição.

Os economistas se esforçaram e seu método contribuiu para tanto, para declarar a propriedade privada dos meios de produção como a única forma de propriedade possível. Primeiramente essa tese decorre de que no capitalismo a propriedade privada é um fato observável, mas não compreendem que essa forma de propriedade é uma determinação histórico-social específica. É verdadeiro declarar que a apropriação e, portanto a propriedade em geral, é uma determinação de todo modo de produção, isto é, é correto que *toda produção pressupõe a apropriação*, pois “toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção” (MARX, 1978, p. 106). Porém, a propriedade se dá de diferentes formas de acordo com o modo de produção historicamente existente, daí “é ridículo saltar daí a uma forma determinada de propriedade, a propriedade privada, por exemplo, (o que, além disso, pressupõe uma forma antitética, a não-propriedade como condição)” (MARX, 1978, p. 106). A EPC entendeu que a facticidade da propriedade privada significava que toda a forma de propriedade possível seria necessariamente privada, um erro grosseiro que a própria facticidade histórica desmente:

A história nos mostrou, ao contrário, a propriedade comum (entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, etc, por exemplo) como forma primitiva, forma que todavia, desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura da propriedade comunal. Nem se trata ainda de colocar a questão se a riqueza se desenvolve melhor sob esta ou sob outra forma de propriedade (MARX, 1978, p. 106).

Os economistas, analisando a sociabilidade capitalista, entenderam que para haver produção é necessária a apropriação da natureza, essa é a identidade, mas não compreenderam que a forma de apropriação é variável entre os diversos modos de produção historicamente determinados, inclusive a apropriação comunal precedeu a apropriação privada, sendo a propriedade comum a condição histórica da propriedade privada, ou seja, metodologicamente os economistas não entenderam a diferença (negatividade), mas apenas a identidade (a positividade dos fatos), “resumindo: existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais; mas as chamadas condições gerais de toda a produção não são outra coisa senão fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção” (MARX, 1978, p. 107).

A partir do que foi visto até agora podemos dizer que o método de pesquisa da economia política é rigorosamente empírico/analítico, consistindo na análise cuidadosa de cada particularidade isoladamente, entendendo cada pormenor do objeto. Acontece que posteriormente devemos organizar os resultados da pesquisa e daí reorganizar o objeto de estudo em sua unidade, recompondo-o, e daí (e somente depois daí) o expor em suas relações de reciprocidade, nisso consiste o método de exposição.

O método dialético da crítica da EPC

Proceder dialeticamente significa estabelecer conexões. O resultado do método dialético é o todo de relações de reciprocidade em que cada parte constitui uma dimensão relativa do mosaico da totalidade. O mosaico somente existe devido as relações entre as partes que o constitui, do mesmo modo as peças do mosaico não são nada fora do todo. A crítica da economia política desenvolve a construção do mosaico e explica rigorosamente o porquê que esse mosaico tem que ser (*müssen*) desmanchado e refeito.

Dialética é a metodologia que compreende o objeto de estudo em sua dinamicidade interna, e que ao analisarmos cada parte separadamente constituinte desse objeto é necessário relacioná-las, reconfigurando o objeto em suas relações internas, “depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar em sua relação recíproca” (MARX, 1978, p. 122).

Na sessão 3 da introdução Karl Marx delimita claramente o que distingue o idealismo dialético do materialismo dialético, isto é, qual a diferença entre sua dialética e a de G. W. F. Hegel (1770-1831), além de concluir sua crítica metodológica a EPC. Segue abaixo a exposição das teses de Marx nessa *sessão 3* da introdução de 1857.

O método da EPC como já foi dito, é analítico, sua perspectiva é empirista. Tanto Adam Smith quanto David Ricardo eram britânicos, formados na tradição empirista inglesa e podemos dizer que a EPC (apesar de devedora da fisiocracia²¹) foi uma escola fundamentalmente britânica, e não poderia ter sido diferente, o Reino Unido é o berço do capitalismo e somente lá seria possível desenvolver um estudo satisfatório

²¹ Foi uma escola econômica que defendia a tese de que todo valor deriva da terra, sendo a natureza a origem de toda riqueza, logo, as mercadorias valem mais ou menos de acordo com a distância das mesmas da natureza originária (quanto mais próxima da natureza, mais valiosa é a mercadoria, e quanto mais distante da natureza, menos valiosa ela é). Os fisiocratas advogavam a liberdade econômica contrariamente ao mercantilismo, pois para os mesmos a liberdade econômica era a *condição natural* da sociabilidade humana, e não o intervencionismo do Estado monárquico, que seria um *condição artificial* (logo, anti-natural). Os fisiocratas cunharam o lema “*Laissez faire, laissez passer*”. Adam Smith foi um leitor dos fisiocratas e se baseou neles para fundar a economia política (ABBAGNAMO, 2007, p. 300).

do objeto de estudo da economia política. Como empiristas os economistas tem como objeto de pesquisa o fenômeno observável, isto é, o imediatamente dado, que parece a primeira vista (imediatamente) ser sinônimo de concretude,

parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são pressuposição prévia e efetiva; assim, em economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social da produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. (MARX, 1978, p. 116)

Outra crítica metodológica de Marx à EPC era devido o fato deles confundirem a aparência imediata com o concreto, desconsiderando as múltiplas relações que compõem esse aparecer, logo, os economistas clássicos confundiam o todo com a superfície do todo. Para Marx é fundamental a análise do fenômeno social, porém não é o suficiente, cito:

assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples. Chegamos a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia (MARX, 1978, p. 116).

Os economistas se deparam com o todo sensível, mas não com o todo enquanto todo, mas superficialmente, e esse todo superficial (que Marx chama de “todo caótico”) é decomposto mediante a análise empírica e mediante a análise os economistas, a partir da recorrência e identidade dos fenômenos, formulam as leis econômicas, simplificações (que Marx denomina de “determinações simples”) da multiplicidade fenomênica. Esse, em linhas gerais, é o método da EPC, que para Marx é uma parte do método, mas não todo o método, cito:

os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o estado, vários estados, etc; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o estado, a troca entre as nações e o mercado mundial (MARX, 1978, p. 116).

O equívoco metodológico da EPC é que ao chegar às abstrações, o universal, os mesmos as convertem em pretensas leis universalmente válidas, leis da economia descobertas mediante a análise, simplificações do todo. Os economistas clássicos não realizam o movimento inverso, o de recomposição do todo, e daí a exposição da totalidade de acordo com sua lógica interna, segundo Marx,

o último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida²², ainda que seja efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (grifo nosso) (MARX, 1978, p. 116, 117)

A EPC desenvolveu o método de pesquisa, mas foi G. W.F. Hegel o responsável por desenvolver o método de exposição, ou seja, na crítica da economia política de Marx há uma distinção entre o método de pesquisa e o método de exposição, “segue-se daí, portanto, que a reprodução teórica do objeto de estudo de Marx, o modo de produção capitalista, tem *dois momentos*: o da pesquisa e o da exposição” (TEIXEIRA: 1995, pág. 193). O método de exposição desenvolvido por Marx se deve não à EPC, mas à lógica de Hegel,

quando Marx em 1857 se lança as primeiras tentativas de uma crítica sistemática da economia política, que irão resultar nos *Grundrisse*, e se põe a questão de como organizar sistematicamente os resultados de suas investigações críticas dos teoremas e das categorias da economia política burguesa, *ele recorre explicitamente ao conceito hegeliano de dialética enquanto método de exposição*” (MÜLLER, 1982, p. 28).

É interessante observar que Hegel jamais usou a expressão “método dialético”, mas Hegel usou a expressão “método especulativo”, pois para Hegel dialética seria o momento intermediário do todo lógico, o momento da negatividade, que é segundo Hegel o motor do desenvolvimento. Mas o efetivo em Hegel, assim como o método é especificamente o especulativo, o momento da negação da negação, isto é, o da positividade *re-posta*. Marx é quem a rigor usa a expressão “método dialético”, que por sua vez foi desenvolvido por um crítico de Hegel e professor de Marx chamado

²² Vejamos o que diz Hegel em sua *Fenomenologia do Espírito*, cito: “com efeito, a coisa não se consuma no seu fim, mas na sua atuação (i.e., realização ou desenvolvimento), e o todo efetivo, não é o resultado a não ser conjuntamente com seu devir” (grifo nosso) (HEGEL, 1976, p. 12). Ou seja, tanto em Hegel quanto em Marx o concreto é a síntese de múltiplas determinações em um processo acabado (resultado). Esse conceito de concreto, que é de importância metodológica fundamental, é negligenciado por um materialismo vulgar que assombrou o marxismo desde a II Internacional e que se tornou canônico com os manuais soviéticos de inspiração stalinista.

Friedrich Adolf Trendelenburg (1802-1872), que era filiado à tradição lógica de Aristóteles (MÜLLER, 1982, rodapé 16). O recurso à dialética que está presente na *Ciência da Lógica* é feito por Marx no sentido metodológico, e nesse sentido é que Marx compreende dialética *ipso facto* como método científico capaz de realizar a crítica da EPC.

É uma necessidade teórica dos teóricos marxistas o esclarecimento acerca do conceito de dialética em sua dimensão ontológica (pois dialética é o próprio movimento da efetividade) e metodológica (exposição), o que para Lutz Müller significa retornar aos pressupostos filosóficos da dialética marxista (MÜLLER, 1982, p. 26),

Trata-se de melhor compreender a motivação original que levou Marx a comprometer-se com o ‘caroço racional’ da dialética hegeliana e conceber a exequibilidade de uma transformação materialista da dialética, através da crítica frontal aos seus pressupostos idealistas em Hegel e através da mutação que ela sofre enquanto instrumento de exposição sistemática e crítica da economia política (MÜLLER, 1982, p. 26).

Em Marx a dialética é o método de exposição do resultado das pesquisas empíricas da economia política, e é na exposição dos resultados e na organização sistemática das categorias econômicas que Marx desenvolve a crítica da EPC e desse modo podemos compreender na introdução da *Introdução a Crítica da Economia Política* a “dialética como método de exposição crítica dos resultados de uma ciência social emergente, a economia” (MÜLLER, 1982, p. 27). Esse aviso nos impede de declararmos que Marx é *strictu sensu* um economista, pois seus objetivos teóricos não são de modo algum similares aos da EPC, mas pelo contrário, inteiramente outros²³.

A exposição é a reprodução pensada da totalidade concreta. Reproduzimos no pensamento o desenvolvimento dinâmico da efetividade, e o equívoco de Hegel foi pensar que a exposição do resultado da pesquisa, seria a autoprodução da efetividade, isto é, a ideia, que é o concreto pensado, em Hegel seria confundido com a gênese do real, o que caracteriza o idealismo de Hegel, que Marx se distancia de forma radical,

por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 1978, p. 117).

²³ A meta de Karl Marx em sua crítica da economia política é demonstrar que a partir dos resultados das pesquisas da EPC é possível concluir que o objeto de estudo dessa ciência, o MPC, carrega em si os germes de seu desmoronamento, “mostrando como elas são simultaneamente e paralelamente, também as determinações progressivas do conceito de crise” (MÜLLER, 1999, p. 14).

Hegel confundiu a reprodução no pensamento com a *causa sui* do efetivo e por isso fez da ideia o fundamento da totalidade. Mas Hegel foi feliz em sua exposição do método e ao compreender que o concreto não é o fato imediato, mas uma mediação, um todo de relações, cognoscível unicamente mediante um trabalho do pensamento. Errou ao converter esse pensamento em uma entidade metafísica.

O método dialético nos permite compreender a dinâmica da efetividade em que o simples torna-se complexo, nos permite compreender a efetividade em seu desenvolvimento do menos determinado ao mais determinado, ou seja, nos proporciona a oportunidade de reproduzir em pensamento o desenvolvimento da totalidade, “as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como relação subordinada” (MARX, 1978, p. 118). O mais desenvolvido, o complexo é uma superação/suprassunção (*Aufhebung*) do menos desenvolvido, o simples. *Aufhebung* é uma categoria fundamental na dialética materialista, possuindo o mesmo sentido que tem na lógica de Hegel, o de superação enquanto síntese enriquecedora, em que há o cancelar, o manter e o elevar de qualidade²⁴.

Para Marx o processo de superação do simples pelo complexo é o processo histórico. Segundo Marx o pesquisador deve ser capaz de compreender o processo de efetivação (superação e complexificação) do seu objeto de estudo. Essa compreensão de que uma categoria se desenvolve (complexifica) na história, permite que o pesquisador possa compreender o mais simples pelo mais complexo, i.e., o menos desenvolvido pelo mais desenvolvido, pois o simples está contido (foi superado) no complexo. Essa é uma premissa metodológica fundamental, cito

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão da sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que antes fora apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. *A anatomia do*

²⁴ Cancelar o que não é necessário, manter o que é necessário e melhorar o que precisa ser melhorado, isso significa superação segundo a Lógica dialética, que em alemão se diz (com maior riqueza semântica) *Aufhebung*. Segundo Abbagnano “*Superação* significa, conseqüentemente, progresso que conservou o que havia de verdadeiro nos momentos precedentes, levando-o a completar-se” (ABBAGNAMO, 2007, p. 932). Segundo Inwood “o substantivo *Aufhebung* significa igualmente (1) ‘elevação’, (2) ‘abolição, anulação’ e (3) preservação” (INWOOD, 1997, p. 302).

homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão conhecendo a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da Antiguidade (MARX, 1978, p. 120).

Essa premissa metodológica reconhece a condição histórica de todas as categorias sociais e por isso a dialética é decididamente uma metodologia histórica, “não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade” (MARX, 1978, p. 120). E mesmo as categorias mais universais, i.e., abstratas, que perpassam todas as formas de sociabilidade, são decididamente históricas, como por exemplo, a categoria trabalho, que é a categoria constante em todas as formas de sociabilidade, mas distinta em cada uma dessas formas,

este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1978, p. 120).

O método de pesquisa, segundo a introdução d’*A Crítica da Economia Política* é rigorosamente concreto, consiste na análise de cada particularidade isoladamente, entendendo cada pormenor do objeto, posteriormente reorganizamos o objeto em sua unidade e a expomos em suas relações de reciprocidade, esse é o método de exposição. É uma tese fundamental de Karl Marx que o mesmo defende na introdução, a saber: a de que a Crítica da EPC possui validade ontológica (apesar de Marx não usar esse termo), pois afirma categoricamente que “a sociedade burguesa está tanto na realidade efetiva como no cérebro: que *as categorias exprimem, portanto formas e modos de ser, determinações da existência*” (grifo nosso) (MARX, 1978, p. 121).

Conclusão

Agora iremos expor os resultados alcançados e as conclusões de nossa pesquisa.

A EPC devido seu método indutivo partia do fato observável para a lei geral, o universal abstrato, isto é, “a EPC (...) foi capaz de, partindo, da aparência, chegar à essência” (TEIXEIRA, 2006, p. 86). Porém a EPC foi incapaz de refazer o caminho de volta, em uma palavra: a EPC decompôs o todo em sua análise, porém não recompôs o todo mediante o movimento sintético, “é o fato de que a EPC não conseguiu fazer, com sucesso, o caminho de volta ao ponto de onde ela parte” (TEIXEIRA, 2006, p. 86). A

limitação metodológica da EPC não permitiu aos clássicos compreenderem a fatalidade econômica como dinâmica e transitória, isto é, como realidade histórica, “trabalha, portanto, com generalizações que abstraem todas as diferenças para guardar o que julga ser comum a todo e qualquer objeto dado imediatamente ‘pela experiência’” (TEIXEIRA, 2006, p. 86). É uma abordagem unicamente formal que abstrai das diferenças e as considera irrelevante a nível teórico.

Karl Marx distingue entre o método de pesquisa e o método de exposição e parte do pressuposto de que a pesquisa foi realizada com sucesso pela EPC. De posse do resultado da pesquisa Karl Marx desenvolve o método de exposição, que organiza o resultado da pesquisa empírica realizada pela EPC, o método de exposição *crítico* das categorias da EPC realizado por Marx é o método dialético, fundado a partir da lógica de Hegel,

Dialética significa n’*O Capital* primeiramente e, também, predominantemente, o ‘método de exposição’ crítica das categorias da economia política, o método de desenvolvimento do conceito do capital a partir do valor, presente na mercadoria, enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o ‘germe’ das categorias mais complexas. O conceito fundamental aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de ‘exposição’, ‘método de exposição’, *que designa o modo como objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico* (grifo nosso) (MÜLLER, 1982, p. 27).

A EPC se esforçou para fundamentar a tese de que o MPC seria uma realidade natural, sinônimo da *condição natural* do homem e desse modo seria uma realidade eterna e imutável, regulada por leis econômicas semelhantes às leis naturais, o que significa dizer que o MPC seria isento de *historicidade*. Podemos avaliar o esforço de Karl Marx, como é dito nas páginas da introdução da *Crítica da Economia política*, e que pode ser lido como um *programa* da crítica a EPC (*O Capital* seguirá a mesma linha metodológica), como a exposição das categorias econômicas como categorias históricas, conseqüentemente o capitalismo também seria uma realidade histórica e, portanto transitória,

Através do valor, Marx apresenta o caráter natural, autônomo e objetivo das categorias da economia política como uma aparência que o próprio capitalismo cria para si e que ele também se encarrega de negar. Por trás desta aparência estão relações historicamente datadas, que são o verdadeiro conteúdo das categorias econômicas de Marx. (GRESPLAN, 1999, p. 29).

A essência do método dialético (*strictu sensu* o método de exposição da crítica da EPC) é a compreensão da dinamicidade da efetividade. O capitalismo, segundo a

compreensão dialética de Marx é apenas mais um dentre outros modos de produção que surgiram historicamente, e como uma determinação histórica, necessariamente irá perecer. Quando isso irá acontecer? A crítica da EPC não possui uma resposta exata para essa questão, mas apenas pode indicar às contradições não resolvidas no interior do capitalismo que o levarão a ruína, mais cedo ou mais tarde. A crítica da economia política é a ciência histórica que aponta os limites do MPC e as suas possibilidades não-realizadas e recusadas pelo *status quo*.

Referências

ABBAGNAMO, Nicola. *Dicionário de Filosofia (Edição revisada e ampliada)*. Tradução de Alfredo Bosi e revisão da tradução de Ivone Castilho Benedetti, 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DOMINGUES, Ivan. *O Grau zero do Conhecimento: O Problema da Fundamentação das Ciências Humanas*. São Paulo: edições Loyola, 1991.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito. (Prefácio, introdução, caps. I e II)*. Seleção, tradução e notas de Henrique Cláudio de Lima Vaz. In: Hegel, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Ciências humanas, 1979.

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. In: Coleção os Pensadores: Karl Marx. Tradução de José Arhur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MÜLLER, Marcos Lutz. *Exposição e método dialético em “O Capital”*. In: Boletim Seaf, nº 2. Belo Horizonte, 1982.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 1955.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores e Fortaleza: EDUECE, 1995.

_____. *O Encontro de Hegel e Marx com a Economia Política Clássica*. In: Kalagatos: Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE, Volume 3, nº5. Fortaleza, 2006.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo determinar as indicações metodológicas e críticas de Marx acerca do método na introdução de 1857 da obra *Para a Crítica da Economia Política*. Nossas referências bibliográficas serão, além da introdução citada, artigos e livros de comentadores que nos auxiliam na compreensão do nosso objeto de

estudo. Concluiremos que Marx distingue nessa introdução entre um método de pesquisa (pressuposta como realizada pela EPC) e um método de exposição crítico das categorias econômicas da EPC, sendo esse método a rigor o método dialético *strictu sensu*.

Palavras-chave: Marx; EPC; Método.

Abstract: This article aims at determining the methodological indications and criticism of Marx about the method in 1857 the work Introduction *To the Critique of Political Economy*. Our references are, besides the introduction, articles and books cited commentators that we assist in understanding our object of study. We conclude that Marx distinguishes this introduction between a research method (assumed as held by the EPC) and a method of critical exposure of the economic categories of the EPC, and this method strictly the *strictu sensu* dialectical method.

Keywords: Marx; EPC; Method.